

1 COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE
2 ATA DA 8ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO 2014

3 Aos vinte e cinco dias do mês de julho de dois mil e quatorze, no Auditório Valdir
4 Arcoverde, da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, em Fortaleza, realizou-se a oitava
5 Reunião Ordinária do ano de dois mil e quatorze da Comissão Intergestores Bipartite do
6 Sistema Único Saúde do Ceará, com a presença dos seguintes membros: Representando a
7 SESA, a Secretária Adjunta da Saúde, Lilian Alves Amorim Beltrão e os membros titulares
8 José Policarpo de Araújo Barbosa, Coordenador das Regionais de Saúde; Mariano de Araújo
9 Freitas, Assessor Técnico do Gabinete do Secretário. Como **Suplentes**, compareceram, Ana
10 Virgínia de Castro da Justa, Supervisora do Núcleo de Atenção Primária da SESA; Gláucia
11 Maria dos Reis Norões, Supervisora do Núcleo de Vigilância Ambiental; Regina Célia de
12 Alencar Ribeiro, Técnica do Núcleo de Auditoria; Nágela Maria dos Reis Norões, técnica da
13 CORES; Alexandre José Mont'Alverne Silva, Supervisor do Núcleo de Urgência e
14 Emergência; e Ana Paula Girão Lessa, Ouvidora da SESA. Representado os Municípios, os
15 Membros **Titulares**: Wilames Freire Ribeiro, Secretário Municipal de Saúde de Aquiraz,
16 Presidente do COSEMS e Vice-Presidente da CIB/CE; Maria do Perpétuo Socorro Martins
17 Breckenfeld, Secretária de Saúde de Fortaleza; Mônica Sousa Lima, Secretária de Saúde de
18 Sobral; Ângelo Luis Leite Nóbrega, Secretário de Saúde de São Gonçalo do Amarante;
19 Tatyana Nunes Duarte, Secretária de Saúde de Jaguaribe; Alexandre Almino de Alencar,
20 Secretário de Saúde de Araripe e Rogério Teixeira Cunha, Secretário de Saúde de Bela Cruz.
21 Como **Suplentes**, compareceram, Josete Malheiro Tavares, Secretário Municipal de Saúde
22 de Horizonte e Vice Presidente do COSEMS; Maria Vaudelice Mota, Coordenadora de
23 Regulação, Controle Avaliação e Auditoria – SMS Fortaleza; Francisco Torcápio Vieira,
24 Secretário Municipal de Saúde de Maracanaú; Fernando Wilson Fernandes Silva, Secretário
25 de Saúde de Várzea Alegre; Tereza Cristina M. de Souza Alves, Secretária de Saúde de
26 Morada Nova; Francimones Rolim de Albuquerque, Secretária de Saúde de Jaguaribara e
27 Mauro Cavalcante de Sousa Junior, Secretário de Saúde de Fortim. Presentes, outros
28 Secretários Municipais de Saúde, técnicos responsáveis por Coordenadorias e Núcleos da
29 SESA, Coordenadores de Células Regionais da SESA, profissionais das Secretarias
30 Municipais de Saúde e do COSEMS e demais pessoas interessadas, com registro em listas
31 de presença. A Assembleia foi aberta pela Secretária Adjunta Dra. Lilian Beltrão, que
32 cumprimentou os presentes e, verificando a existência de quorum, abriu os trabalhos citando
33 os itens normais e propondo à plenária, a inclusão de itens solicitados após a divulgação da
34 pauta. Ainda com a palavra, **Lilian** inicia a apresentação dos informes constantes da pauta
35 para conhecimento do Colegiado e dos demais inseridos por interesse do plenário. **1º**
36 **informe: Declarações de Incentivo do PACS e PSF** pendentes na CIB por falta de assinatura
37 dos Secretários de Saúde: Croata, Caririáçu e Jardim. **Lilian** pergunta se os gestores desses
38 municípios estão presentes e os orienta a procurarem a Secretaria da CIB para assinatura do
39 documento. **2º informe: Seminário Estadual do Programa Academia da Saúde:** Informou
40 que a Coordenadoria de Políticas e Atenção à Saúde – COPAS e a Coordenadoria de
41 Promoção e Proteção à Saúde – COPROM promoveriam nos dias 28 e 29 de agosto o I
42 Seminário Estadual do Programa Academia da Saúde, cujo objetivo é analisar a inserção do
43 Programa no âmbito da Atenção Primária a partir de suas contribuições para a promoção da
44 Saúde e produção do cuidado e de modos de vida saudáveis da população, e que a SESA tem
45 como atribuição, dentre outras, dar apoio aos municípios na implantação e no
46 desenvolvimento do Programa. **3º informe: Curso de Especialização em Micropolítica da**
47 **Gestão e Trabalho em Saúde:** informou que estavam abertas até o dia 02 de agosto de 2014
48 as inscrições para o Curso de Especialização em Micropolítica da Gestão e Trabalho em
49 Saúde que seria uma iniciativa do Ministério da Saúde – por meio do Departamento de
50 Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde
51 (DEGES/SGTES) – em parceria com a Universidade Federal Fluminense – por meio da
52 Coordenação Nacional do Curso Micropolítica da Gestão e Trabalho em Saúde, Conselho

53 dos Secretários Municipais de Saúde (COSEMS) e Conselho Nacional de Secretários de
54 Saúde (CONASS). São 202 vagas para o Estado do Ceará, das quais 10% deverão se
55 destinar a gestores da SESA e profissionais do COSEMS. Diz que cada Secretaria Municipal
56 de Saúde deverá indicar: O Secretário de Saúde do Município (como efetivo); dois nomes,
57 para suplentes na vaga, cujo critério é ocupar cargo de gestão/assessoria na secretaria.
58 Devendo ter carta de indicação do gestor. Para realizar a inscrição e obter mais informações
59 sobre o curso acesse www.cead.uff.br/mgs. **4º informe: Saúde do Homem:** O município de
60 **Quiterianópolis** enviou para conhecimento da CIB, o Projeto de implantação da Política
61 Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) no âmbito do Sistema Único de
62 Saúde (SUS), conforme critérios pré-estabelecidos nas Portarias GM/MS N.ºs. 1.944/2009 e
63 2.773/2013. **5º informe: Ordens de Serviços e Atestados de Conclusão de Edificações**
64 **encaminhados à Secretaria Executiva da CIB, para conhecimento, conforme estabelecido na**
65 **Portaria GM/MS N.º. 1.401, de 15 de junho de 2011 e nas Portarias GM/MS N.º. 339, 340 e**
66 **341 de março de 2013: 6º informe: Atestado de Conclusão de UBSF:** 01 em Ererê, 01
67 Jaguaribe, 02 em Nova Russas, 01 Tamboril e 01 Uruburetama. **Atestado de Conclusão de**
68 **Academia:** 01 em Iguatu, 01 em Morada Nova e 01 em Pereiro; Ordens de Serviço de
69 **Construção de Academia** da Saúde: 01 em Aratuba, 02 em Caucaia, 02 Paramoti; Ordens
70 de Serviço de **Construção de UBSF:** 03 em Aquiraz, 04 em Boa Viagem, 01 em Canindé,
71 02 em Carnaubal, 01 em Crato, 01 em Ererê, 04 em Maracanaú, 01 em Maranguape, 01 em
72 Nova Russas, 02 em Paramoti, 01 em Quixeré, 04 em São Benedito, 01 em Tamboril e 03
73 em Várzea Alegre. Ordens de Serviço de **Reforma de UBSF:** 01 em Alto Santo, 01 em
74 Guaramiranga, 01 em Hidrolândia, 01 em Itapipoca, 01 em Iracema, 01 em Jaguaribe, 05 em
75 Maranguape, 01 em Monsenhor Tabosa, 02 em Nova Russas, 02 em Orós e 01 em Quixeré.
76 Ordens de Serviço de **Ampliação de UBSF:** 02 em Alto Santo, 01 em Capistrano, 01 em
77 Deputado Irapuan Pinheiro, 01 em Itarema, 01 em Maranguape, 01 em Missão Velha, 02 em
78 Monsenhor Tabosa, 03 em Pires Ferreira, 01 em Palmácia, 03 em Quixeré, 02 em
79 Quixeramobim, 01 em São João do Jaguaribe e 03 em Várzea Alegre. **7º informe:**
80 **Divulgação dos TAS** (Termos de Ajuste Sanitário) para conhecimento e acompanhamento
81 de sua celebração pela CIB-CE, conforme estabelecido no Art. 9º da Portaria GM/MS N.º.
82 2.046/2009 e Art.9º. § 1º da Portaria GM/MS N.º. 768/2011: A vigência do TAS firmado
83 entre o Ministério da Saúde e o Município de **Caucaia/CE**, relativo à auditoria n.º 9313,
84 Processo N.º. 25016.014988/2012-98 – Publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, N.º.
85 146, quarta-feira, 31/07/2013, página 141, com vigência até 31/07/2014, **foi prorrogado**,
86 pela Direção do DENASUS, por 06 (seis) meses, passando a vigorar até o dia 31/01/2015. A
87 vigência do TAS firmado entre o Ministério da Saúde e o Município de **São Benedito/CE**,
88 relativo à auditoria n.º 7569, Processo N.º. 25016.010111/2012-28 – Publicado no Diário
89 Oficial da União, Seção 3, N.º. 126, quarta-feira, 03/07/2013, página 171, com vigência até
90 03/07/2014, **foi prorrogado**, pela Direção do DENASUS, por 06 (seis) meses, passando a
91 vigorar até o dia 03/01/2015. A vigência do TAS firmado entre o Ministério da Saúde e o
92 Município de **Pereiro/CE**, relativo à auditoria n.º 7542, Processo N.º. 25016.010455/2012-37
93 – Publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, N.º. 126, quarta-feira, 03/07/2013, página
94 171, com vigência até 03/07/2014, **foi prorrogado**, pela Direção do DENASUS, por 06
95 (seis) meses, passando a vigorar até o dia 03/01/2015. Concluídos os informes foi iniciada a
96 apreciação dos pontos de Pauta da parte **Parte 1- Pactuações/Deliberações**, nessa ordem:
97 **Item 1.1 - Educação Permanente: A) Prestação de contas dos recursos da Política de**
98 **Educação Permanente em Saúde referente ao período de 2008 a 2012. B) Alteração nas**
99 **modalidades dos cursos para a 19ª. CRES e remanejamento de recursos financeiros**
100 **constantes nas Resoluções da CIB, conforme demanda apresentada pela CIES**
101 **Macrorregião Cariri.** O assunto foi conduzido pelo Coordenador da CGETS, José Maria,
102 que falou sobre os recursos disponibilizados para a Política de Educação Permanente no
103 Ceará referente ao período de 2008 a 2012, informando que se tratava de uma avaliação
104 física e financeira dos cursos executados no Ceará citando como fontes de recursos da

105 Política, o Convênio nº 1.780/2008, que trata da qualificação de gestores do SUS e as
106 Portarias do MS, em função das quais são emitidas Resoluções da CIB. Disse que a CGETS
107 é gestora dos recursos, juntamente com as instituições formadoras que tem competência para
108 executar a política através dos cursos ministrados. Em seguida apresentou um quadro
109 retratando a situação dos cursos aprovados pela CIES, discriminando o que fora realizado, o
110 que não tivera condição de ser executado, os valores utilizados e os remanescentes, e o que
111 poderia ser feito no sentido de garantir o cumprimento da programação. Assim propõe a
112 alteração nas modalidades de cursos para a 19ª. Região de Saúde e remanejamento de
113 recursos financeiros constantes nas Resoluções da CIB N.ºs. 436/2009 e 450/2009 para
114 financiamento dos cursos. Após apreciar as questões expostas pela CGETS, e aprovar a
115 prestação de contas apresentada, a **CIB** homologou a proposta de repasse de recursos
116 financeiros do Fundo Estadual de Saúde para a Escola de Saúde Pública – ESP/CE,
117 instituição executora, no valor de R\$ 724.235,48 (setecentos e vinte e quatro mil, duzentos e
118 trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos) da Política Nacional de Educação Permanente
119 em Saúde, oriundo dos saldos remanescentes dos valores aprovados nas Resoluções CIB/CE
120 N.º. 436/2009 e N.º. 450/2009, acima referidas, com vistas ao redirecionamento de cursos,
121 conforme pactuação na CIES Macro Cariri e CIESEstadual, para capacitação de
122 trabalhadores da Saúde da Região de Saúde de Brejo Santo. **Item 1.2 - Assistência**
123 **Farmacêutica: Prestação de contas dos recursos do 1º. quadrimestre de 2014.** Lilian
124 passou a palavra para o Daniel, contador da COASF, para apresentação da prestação de
125 contas dos recursos da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica e na Atenção
126 Secundária, referente ao 1º quadrimestre de 2014. Daniel expôs um quadro com as
127 informações dos saldos de 2013 mais as receitas do 1º quadrimestre de 2014, oriundos das
128 três esferas de governo e dos valores empenhados, mostrando os percentuais comprometidos
129 até aquela data, conforme segue. Medicamentos da Atenção Básica: empenhados 65,45% do
130 recurso federal, 100% do recurso estadual e 79,72% dos recursos municipais. Medicamentos
131 da Atenção Secundária: empenhados 100% do recurso estadual e 97,49% dos recursos
132 municipais. Após a apresentação, o componente municipal passou a questionar o Estado, de
133 forma muito intensa e incisiva sobre esses percentuais, alegando que a falta de
134 medicamentos nos municípios continua, e por não entenderem como o Estado havia
135 realizado 100% dos recursos da sua contrapartida. **Lilian** observou que a prestação de contas
136 do financeiro era uma coisa e a do físico outra. O financeiro teria sido apresentado conforme
137 fora solicitado e o físico, embora não solicitado ela estava com a planilha onde constava a
138 situação de cada medicamento. Disse que a entrega dos medicamentos programados
139 constituía uma luta na a qual a SESA vinha se empenhando com o propósito de minorar o
140 problema da falta desses insumos nos municípios. Diz que após reunião com a APRECE, a
141 SESA teria entrado em contato com os fornecedores e conseguido antecipar a entrega de
142 diversos itens o que melhorara bastante a situação, vez que dos 167 itens, 104 teriam 100%
143 atendidos; 6 itens estavam com 70% a 90% atendidos, 8 itens estavam com 50% a 65%
144 resolvidos; 6 itens, num percentual de 34% a 45% atendidos; 8 itens de 10 a 25% atendidos
145 e 32 itens sem atendimento ainda, mas que esses últimos tem previsão de entrega para final
146 de agosto de 2014, pois já estão com os processos em andamento. Informa que para os três
147 restantes não houve programação de municípios, portanto, não seriam adquiridos. Sobre os
148 medicamentos da Atenção Secundária informou que dos 50 itens 19 foram 100% atendidos;
149 6 itens de 75% a 94%; 8 itens de 50% a 70%; 8 itens de 10% a 40% e 6 itens zero por cento,
150 tendo os mesmos, processos em andamento com previsão de finalização em fim a de agosto
151 de 2014. Lilian ainda falou sobre a logística da distribuição com a possibilidade de dar-se
152 conhecimento ao gestor da saúde e do prefeito sobre a chegada do medicamento. **Flávia** da
153 COASF falou que o sistema de distribuição estava sendo testado, porém os municípios
154 poderiam ir fazendo os agendamentos de entrega dos medicamentos. **Wilames** parabeniza o
155 trabalho do Daniel, mas faz uma relação dos dados de execução financeira nos meses de
156 janeiro a abril, com a situação da Política da Assistência Farmacêutica no período que

157 segundo ele foram os piores meses tanto para os medicamentos da Atenção Básica como os
158 Secundária, diz que não pode engolir tal prestação de contas, pois não traz em sua testa
159 atestado de besta. Reconhece que houve algum avanço o qual atribui ao esforço da Dra.
160 Lilian. Disse que essa política de compra centralizada é muito importante para os
161 municípios, que não tem propósito de perdê-la, mas cobra transparência, responsabilidade e
162 coerência da SESA. Outros gestores presentes também bateram na mesma tecla, afirmando
163 que não são idiotas para acatarem essa prestação de contas, pelos mesmos motivos alegados
164 pelo Presidente do COSEMS e dizendo que a prestação de contas deve conter o físico e o
165 financeiro identificando o recurso que entra o que sai em medicamentos e o que ficou de
166 saldo. **Lilian** lembrou que o COSEMS solicitara a prestação de contas do 1º quadrimestre de
167 2014 e que isso fora apresentado. Propôs que o componente municipal relacionasse e
168 indicasse os itens por escrito sobre os quais desejaria ter conhecimento, para que a
169 SESA/COASF/COAFI pudesse formatar as informações na forma e no período desejado, e
170 que fosse convocada a Câmara Técnica para análise e discussão dos dados apresentados.
171 **Wilames** disse que concordava com a proposta da Secretária de Saúde do Estado sobre a
172 convocação da Câmara Técnica e cobrou a presença da Coordenadora da COASF, Sra.
173 Dilne, afirmando que ela deveria estar participando da discussão já que tem poder de decisão
174 e que ela tem o apoio do COSEMS que é parceiro da SESA e a convida a participar do
175 debate onde ela sempre será respeitada. **Lilian** coloca então para a COASF providenciar e
176 encaminhar previamente ao COSEMS, em tempo hábil para análise antes da reunião Câmara
177 Técnica, as seguintes informações: A) Planilha do ano de 2013 contendo: parcelas mensais
178 creditadas pelos entes da federação; utilização de cada entrada e saldo. Paralelamente
179 informar o que foi adquirido com os recursos e como ficou o saldo final. B) Planilha do ano
180 de 2014: proceder da mesma forma de 2013, até o último mês disponível, informar o que
181 está comprometido e o saldo final. Sem mais manifestações a Comissão Bipartite aprovou a
182 proposta apresentada pela Lilian que passou para o 3º ponto da Pauta: **Item 1.3 - Prestação**
183 **de contas das Cirurgias Eletivas de Média Complexidade, Ambulatorial e Hospitalar**
184 **da 9ª. Etapa e distribuição dos recursos para a 10ª. Etapa** – **Lilian** passou para a
185 apresentação da prestação de contas da 9ª etapa das Cirurgias Eletivas do Programa Vida
186 Nova e distribuição dos recursos da 10ª etapa. Lembrou os valores distribuídos na 9ª etapa, o
187 que foi utilizado, e o saldo no valor de R\$ 1.552.391,65 (hum milhão, quinhentos e
188 cinquenta e dois mil, trezentos e noventa e um reais e sessenta e cinco centavos) que, dessa
189 vez não seria incorporado à próxima etapa já fora utilizado para pagar procedimentos
190 excedentes de TRS cujo déficit chegava a dois milhões de reais, e de cirurgias neurológicas
191 realizadas no HGF, em diversos turnos com o objetivo de reduzir as filas e evitar as
192 demandas judiciais. Assim propôs que o montante de R\$ 15.015.534,75 (quinze milhões,
193 quinze mil e quinhentos e trinta e quatro reais e setenta e cinco centavos) resultante da soma
194 das parcelas referentes às competências de março a junho de 2014, creditadas no FUNDES,
195 e das que serão creditadas nos meses de julho a setembro de 2014 ficasse assim distribuído:
196 30% do montante acima, correspondentes a R\$ 4.504.660,43 (quatro milhões, quinhentos e
197 quatro mil, seiscentos e sessenta reais e quarenta e três centavos) seriam destinados ao
198 financiamento das cirurgias eletivas dos hospitais terciários da rede pública do SUS, e os
199 70% restantes, no valor de R\$ 10.510.874,33 (dez milhões, quinhentos e dez mil, oitocentos
200 e setenta e quatro reais e trinta e três centavos), sejam distribuídos aos 184 municípios para a
201 execução da 10ª etapa das cirurgias eletivas de média complexidade ambulatorial e
202 hospitalar, no período de março a setembro de 2014. Acrescentou que a distribuição desse
203 valor entre os municípios seria feita de forma per capita, considerando a população estimada
204 pelo IBGE, para 2013, e que cada município teria um limite financeiro, para a programação
205 das Cirurgias Eletivas, gerado pela multiplicação do número de sua população residente pelo
206 valor per capita de R\$ 1,20 (um real e vinte centavos). Lembrou que o processo continuava
207 da mesma forma das etapas anteriores, sem identificar o prestador e com a utilização das
208 mesmas planilhas definindo os municípios executores e os que iriam encaminhar para esses.

209 A CIB aprovou a proposta da distribuição dos recursos financeiros destinados à 10ª etapa
210 das cirurgias eletivas na forma apresentada pela SESA. Wilames pediu aprovação para
211 pagamento administrativo pela SESA de procedimentos cirúrgicos glosados dos municípios
212 de Acopiara e Mombaça. Lilian disse que iria avaliar esse pedido vez que, em função dos
213 motivos das glosas o município poderia reapresentar e receber do Ministério da Saúde ou
214 não. Sem mais entraves a CIB aprovou a proposta da distribuição de recursos para a 10ª
215 etapa das cirurgias eletivas e hospitalares de média complexidade, do programa vida nova.
216 **Item 1.4 - Credenciamento do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO**
217 **Municipal, Tipo I, situado na Av. Coronel José Duarte Aderaldo, Nº. 512,**
218 **Mombaça/CE.** Lilian colocou para apreciação da Bipartite, e esta aprovou, o
219 credenciamento/habilitação do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO Municipal,
220 Tipo I, do município de Mombaça, com antecipação do incentivo financeiro de implantação
221 da unidade, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). **Item 1.5 -Termos de**
222 **Compromisso do Programa Saúde na Escola (PSE), do município de São João do**
223 **Jaguaribe, conforme Portaria Interministerial Nº. 1.413, de 10 de julho de 2013.**
224 Prosseguindo as apreciações da pauta, o plenário da Comissão Intergestores Bipartite
225 homologou o Termo de Compromisso Municipal referente ao Programa Saúde na Escola
226 (PSE) do ano de 2014 firmado pela Secretaria de Saúde e Educação dos municípios de
227 Mombaça e São João do Jaguaribe, com vistas à pactuação e formalização das
228 responsabilidades e metas inerentes à execução do PSE nos territórios de responsabilidade
229 compartilhada, e visando o desenvolvimento das ações de promoção e atenção à saúde e de
230 prevenção das doenças e agravos relacionados à saúde dos escolares, para fins de
231 recebimento de recursos financeiros. **Item 1.6- Habilitação/Credenciamento de Serviços:**
232 **a) Hospital Regional Norte de Sobral (Habilitação com Qualificação)** – Após
233 conhecimento do parecer da CORAC sobre o pleito da Secretaria de Saúde de Sobral, a
234 **Comissão Intergestores Bipartite** homologou a proposta de Habilitação com Qualificação
235 de 70 (setenta) leitos distribuídos nas Unidades de Terapia Intensiva e Unidade de Cuidados
236 Intermediários – UCI do Hospital Regional Norte - HRN, sob gestão Estadual, localizado no
237 município de Sobral, conforme segue: 10(dez) leitos da Unidade de Terapia Intensiva
238 Pediátrica – UTI PED Tipo II; 10(dez) da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal -UTIN
239 Tipo II; 20(vinte) da Unidade de Terapia Intensiva Adulto – UTI Tipo II e 30(trinta) da
240 Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal Convencional – UCINCo, **Item 1.7-**
241 **Programa de Qualificação de UBS** - O Colegiado Bipartite homologou as justificativas
242 apresentadas pela Prefeitura Municipal de Beberibe referentes à complementação de
243 endereço da proposta de reforma da UBS cadastrada no SISMOB sob o Nº.
244 03667.29000/1130-01, constando apenas nome do bairro Vila de Parajuru, S/N, CEP:
245 62.840-000 quando o endereço completo seria Rua Américo Lobão, S/N, Vila Parajuru,
246 CEP: 62.840-000. E da proposta de reforma da UBS cadastrada no SISMOB sob o Nº.
247 10366.729000/1130-03, constando apenas nome do bairro Vila Sucatinga, S/N, CEP:
248 62.840-000 quando o endereço completo seria Rua Luis Barbosa, S/N, Vila Sucatinga, CEP:
249 62.840-000. **Item 1.8- Credenciamento/habilitação na Estratégia Saúde da Família** -
250 Após a apresentação dos pleitos no âmbito da estratégia da Saúde da Família, a **Bipartite**
251 aprovou os seguintes credenciamentos: •**Agente Comunitário de Saúde: 01(um)** para o
252 município de Mulungu. •**Equipe de Saúde da Família: 02(duas)** de modalidade I para
253 Aurora ; 1(uma) de modalidade I para e Irauçuba; •**Equipe de Saúde Bucal: 2(duas)** de
254 modalidade I para o município de Milagres e 1(uma) de modalidade I para Tejuçuóca;
255 Mudança de Modalidade de uma ESB de modalidade 1 para modalidade 2 do município de
256 São Gonçalo do Amarante. •**Núcleo de Apoio à Saúde da Família: 01 (um)** NASF Tipo 1
257 para cada um dos municípios Granja e São Benedito e 02 (dois) para Mauriti. Itens extra-
258 pauta: **Item 1.9- Habilitação com Qualificação de leitos da Santa Casa de Misericórdia**
259 **de Sobral:** A CIB acordou a aprovação da Habilitação com Qualificação de 15 (quinze)
260 leitos da Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal Convencional – UCINCo da Santa

261 Casa de Misericórdia de Sobral, entidade beneficente sem fins lucrativos, considerando
262 parecer favorável constante do processo. **Item 1.10 - Programa de Qualificação de UBS:**
263 **Justificativa de alteração de endereço** da construção da Academia de Saúde, do município
264 de Barbalha, cadastrada no SISMOB sob o N°. 11740.887.000/1110-02, com endereço
265 Parque Governador Tasso Jereissati – Bairro Cirolândia – Barbalha, para o novo endereço
266 situado na Rua Divino Salvador, S/N - Praça Kennedy – Bairro Rosário, na sede do
267 município de Barbalha. A CIB acatou a justificativa do município de Barbalha acima
268 colocada. **Item 1.11 - Solicitação de remanejamento de recursos financeiros do**
269 **Componente II para realização de procedimentos de cirurgias eletivas do Componente**
270 **III, conforme Portaria GM/MS N°. 131 de 22 de janeiro de 2014.** A CIB aprovou o
271 remanejamento dos recursos federais das Cirurgias Eletivas do componente II para
272 realização de cirurgias eletivas do componente III dos municípios de Alto Santo, Acopiara,
273 Aracati, Beberibe, Cariús, Catarina, Catarina, Dep. I. Pinheiro, Dep. Irapuan Pinheiro, Ererê,
274 Fortim, Icapuí, Iguatu, Iracema, Itaiçaba, Jaguaribara, Jaguaribe, Jucás, Limoeiro do Norte,
275 Mombaça, Pereiro, Piquet Carneiro, Potiretama, Quixelô, Quixeré, Saboeiro, São João do
276 Jaguaribe e Tabuleiro do Norte. Nada mais havendo a tratar, o Colegiado Bipartite encerrou
277 a 8ª reunião da CIB/CE de 2014, cuja Ata foi lavrada por mim, Solange Andrade C.B.Diniz,
278 e vai assinada em folha de frequência pelos membros titulares e suplentes que
279 compareceram. Fortaleza, vinte e cinco de julho de dois mil e quatorze.